

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO
EM GESTÃO PEDAGÓGICA NAS ETSUS - CEGEPE**

SOLANGE SALUSTIANO DE LIMA

**A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO PERMANENTE À SAÚDE EM
ALAGOAS IMPLEMENTADA PELA ETSUS: desafios e possibilidades**

MACEIÓ - ALAGOAS

2013

SOLANGE SALUSTIANO DE LIMA

**A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO PERMANENTE À SAÚDE EM ALAGOAS
IMPLEMENTADA PELA ETSUS: desafios e possibilidades**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Curso de Especialização em Gestão Pedagógica nas
ETSUS - CEGEPE, Universidade Federal de Minas
Gerais, para obtenção do Certificado de Especialista.

Orientadora: Eulita Maria Barcelos

MACEIÓ - ALAGOAS

2013

Ficha de Identificação da Obra
Escola de Enfermagem da UFMG

Lima, Solange Salustiano de

A política de educação permanente à saúde em Alagoas implementada pela ETSUS: desafios e possibilidades. [manuscrito] / Solange Salustiano de Lima. - 2013.

32 f.

Orientadora: Eulita Maria Barcelos

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Gestão Pedagógica nas Escolas Técnicas do SUS, realizado pela Escola de Enfermagem da Universidade Federal de Minas Gerais. ETSUS - Pólo Maceió-AL, para obtenção do título de Especialista em Gestão Pedagógica.

1.Educação Profissional em Saúde Pública. 2. Atenção Primária à Saúde/recursos humanos. 3.Educação em Saúde. 4. Centros Educacionais de Áreas de Saúde.

I. Barcelos, Eulita Maria. II.Universidade Federal de Minas Gerais. Escola de Enfermagem. Curso de Especialização em Gestão Pedagógica nas Escolas Técnicas do SUS. III.Título.

Solange Salustiano de Lima

**A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO PERMANENTE À SAÚDE EM ALAGOAS
IMPLEMENTADA PELA ETSUS: desafios e possibilidades**

Trabalho apresentado ao Curso de
Especialização em Gestão Pedagógica nas
ETSUS, realizado pela Universidade Federal
de Minas Gerais, ETSUS Pólo Salvador/BA.

BANCA EXAMINADORA:


Prof^ª. Eulita Maria Barcelos (Orientadora)


Prof^ª. Maria Dolores Soares Madureira

Data de aprovação: 09 de maio de 2013

Maceió – AL
2013

DEDICATÓRIA

À Deus, pelo dom da vida, sabedoria e infinito amor que nos oferece em todos os momentos;

Aos meus familiares, pelo carinho e apoio em todas as situações;

À professora orientadora Eulita Maria Barcelos, pela atenção, orientação cuidadosa e colaboração na construção do TCC;

À Alcione Bastos Rodrigues, que com muita sabedoria, carinho e maestria soube conduzir o Curso de Especialização em Gestão Pedagógica nas Escolas Técnicas do SUS – Polo Salvador;

À Luis Brant, pelo seu carinho e indiscutível saber acadêmico;

Aos tutores Adams Malta e Geisa Plácido, pelo carinho e incentivo constante durante os momentos difíceis;

Aos amigos e companheiros de jornada da Escola Técnica de Saúde Prof^a Valéria Hora, pelo compartilhar os conhecimentos, as emoções e pela superação para conclusão do curso;

Aos companheiros das ETSUS - Bahia e Sergipe, pelo convívio e a oportunidade da troca de experiências na construção coletiva do conhecimento;

Aos gestores da Escola Técnica de Saúde Prof^a Valéria Hora, por oportunizar a participação neste curso;

Aos que fazem a Coordenação da Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde, o Departamento de Gestão da Educação na Saúde, que viabilizaram a realização deste Curso;

Aos Coordenadores da Escola de Enfermagem da UFMG, que junto às demais instituições e sob sua coordenação elaborou a proposta do curso.

“A utopia está lá no horizonte. Me aproximo dois passos, ela se afasta dois passos. Caminho dez passos e o horizonte corre dez passos. Por mais que eu caminho, jamais a alcançarei. Para que serve a utopia? Serve para isso: que eu não deixe de caminhar”.

Eduardo Galeano – jornalista e escritor uruguaio.

RESUMO

A Escola Técnica de Saúde Prof^a Valéria Hora, da Universidade de Ciências da Saúde de Alagoas, tem enfrentado dificuldades para viabilizar os cursos de formação profissional destinados aos trabalhadores contextualizados no Sistema Único de Saúde (SUS), decorrentes dos entraves político-administrativos na formação de Recursos Humanos da Saúde nos municípios. O estudo justifica-se pela necessidade de levantar os nós críticos que dificultam a execução dos cursos nos municípios, possibilitando aos gestores municipais compreender a importância do papel da Escola Técnica do Sistema Único de Saúde na execução da Política de Educação Permanente, para o Estado, mediante propostas de intervenção para a Instituição Formadora. O presente estudo tem como objetivo elaborar uma proposta de intervenção, para contribuir com a execução da política de educação permanente à saúde implementada pela Escola Técnica do Sistema de Único de Saúde de Alagoas. A metodologia utilizada foi a revisão narrativa da literatura. A busca bibliográfica foi desenvolvida na Biblioteca Virtual de Saúde (BVS-BIREME) na base de dados eletrônica Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS) e do Scientific Electronic Library Online (SciELO), site do Ministério da Saúde e em alguns textos da revista RETSUS. A investigação será realizada na supracitada Escola e nos 102 municípios do Estado. Utilizamos como estratégia a sensibilização dos gestores municipais quanto à Política Nacional de Educação Permanente, rodas de conversas e elaboração de cronogramas das atividades. Espera-se a validação do plano de intervenção propositiva ao gestor da Instituição Formadora, bem como a implementação das estratégias que serão utilizadas, objetivando dar respostas ao problema do estudo na perspectiva de uma nova releitura das ações à Política de Educação Permanente no Estado, em atendimento aos Programas de Educação Permanentes executados, sem interrupção com o cumprimento da pactuação por parte dos gestores municipais, segundo os pressupostos preconizados em dispositivos normativos. Espera-se que a execução das propostas elencadas, possa resultar em despertar e sensibilidade da importância do compromisso dos atores envolvidos no processo, pactuação e, por sua vez, maior integração entre a Instituição Formadora e gestores municipais, mediatizado pela Comissão de Integração Ensino e Serviços – CIES, na condição de construtores da política norteadora da formação dos trabalhadores do SUS no Estado.

Palavras-chave: ETSUS. Políticas de Educação Permanente. Saúde.

ABSTRACT

The Technical School of Health Prof. Valeria Time, University of Health Sciences of Alagoas, has struggled to enable the vocational training courses for workers contextualized in the Unified Health System (SUS), resulting barriers political-administrative in training Health Human Resources in the municipalities. The study is justified by the need to raise the critical nodes that hinder the implementation of the courses in the municipalities, enabling municipal managers understand the importance of the role of ETSUS in implementing the Education Policy Committee, to the State upon intervention proposals for Institution Trainer. This study aims to develop a proposal for intervention to contribute to the implementation of education policy implemented by permanent health ETSUS-AL. We chose to study in the review of the literature. A literature search was performed in the Virtual Health Library (VHL-BIREME) in electronic databases Latin American and Caribbean Health Sciences (LILACS) and Scientific Electronic Library Online (SciELO), site of the Ministry of Health and in some texts the magazine RETSUS. The investigation will be conducted in the aforementioned school and 102 municipalities. Used as a strategy to raise awareness of municipal managers on the National Policy on Education Permanent wheels conversations and preparation of schedules of activities. It is expected to validate the intervention plan purposeful Forming the manager of the institution, as well as the implementation of strategies that will be used, in order to respond to the problem of the study from the perspective of a new reading of the policy actions of Continuing Education in the state in compliance with Education Programs Permanent executed without interruption compliance with the pact by the municipal managers, according to the assumptions advocated in normative devices. It is expected that the implementation of the proposals listed, may result in awakening and sensitivity to the importance of the commitment of the actors involved in the process, agreements and, in turn, greater integration between the Institution Trainer and municipal managers, mediated by the Commission on Integration and Education Services - CIES, provided builders policy guiding the training of workers in the State of SUS.

Keywords: ETSUS. Policies for Continuing Education. Health

SUMÁRIO

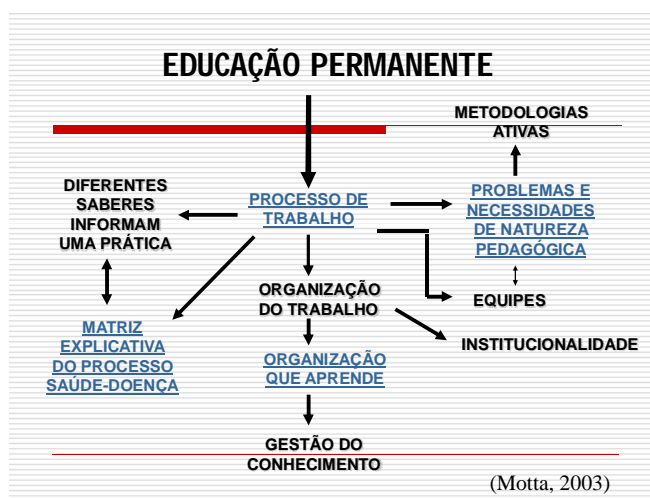
1 INTRODUÇÃO	09
2 JUSTIFICATIVA.....	14
3 OBJETIVO.....	15
4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	15
5 REVISÃO DE LITERATURA.....	16
5.1 Política Nacional de Educação Permanente	16
5.2 Modelo de Gestão da Política Estadual de Educação Permanente em Saúde e sua Trajetória em Alagoas	19
6 PLANO DE INTERVENÇÃO	21
6.1 Objetivos do plano.....	22
6.2 Ações a serem desenvolvidas.....	23
6.2.1 Estratégias de operacionalização das ações.....	23
6.3 Resultados esperados	25
6.4 Pessoas responsáveis pelas ações	26
6.5 Parceiros ou instituições envolvidos	26
6.6 Recursos necessários	26
6.6.1 Recursos humanos.....	26
6.6.2 Recursos materiais	26
6.6.3 Recursos financeiros.....	26
6.7 Cronograma de execução	27
7 Acompanhamento e avaliação.....	27
8 CONSIDERAÇÕES GERAIS.....	28
REFERÊNCIAS.....	29

1 INTRODUÇÃO

O estudo se propõe a contribuir de maneira mais efetiva, com a execução da política de educação permanente à saúde, implementada pelas Escolas Técnicas do Sistema Único de Saúde (ETSUS-AL), por entender que as ações para a formação e desenvolvimento dos trabalhadores de nível técnico da área da saúde devem ser produto de cooperação técnica, articulação e diálogo entre as três esferas de governo, as instituições de ensino, os serviços de saúde e o controle social.

A Política Nacional de Educação Permanente em Saúde (PNEPS) vigente, foi instituída a partir da Portaria do Ministério da Saúde, GM/MS Nº 1.996 de 20 de agosto de 2007 que dispõe sobre as diretrizes para a implementação da Política Nacional de Educação Permanente em Saúde e dá outras providências, definindo Educação Permanente como aprendizagem no trabalho, onde o aprender e ensinar se incorporam ao cotidiano das organizações e ao trabalho, propondo que os processos de capacitação dos trabalhadores da área de saúde tomem como referência as necessidades de saúde das pessoas e do controle social em saúde, intencionando a transformação das práticas profissionais e da própria organização do trabalho (BRASIL, 2007).

O esquema abaixo traduz o pensamento de Motta (2003.p.12), a respeito do processo de educação permanente:



O Ministério da Saúde (BRASIL, 2010), enfoca que a Política Nacional de Educação Permanente em Saúde (PNEPS), voltada para a formação e o desenvolvimento de

trabalhadores do SUS, é compreendida como uma proposta de ação capaz de contribuir para a necessária transformação dos processos formativos e das práticas pedagógicas e de saúde, abrangendo também a organização dos serviços. Constitui-se num trabalho articulado entre o sistema de saúde, em suas esferas de gestão, e as instituições formadoras, com vistas à identificação de problemas cotidianos e à construção de soluções.

No âmbito da ETSUS-AL, muitos são os desafios para conseguir executar os cursos pactuados nas instâncias legais da Política de Educação Permanente em Saúde de Alagoas. Existem dificuldades na viabilização dos cursos de formação profissional voltados aos trabalhadores contextualizados no Sistema Único de Saúde (SUS), decorrente dos entraves político-administrativos à formação RH na Saúde. Dificuldades mais frequentes:

- Substituição frequente dos instrutores devido à instabilidade do vínculo empregatício;
- Descumprimento do pacto pelos gestores municipais durante realização dos cursos;
- Falta de compreensão dos trabalhadores da saúde sobre a Política de Educação Permanente do Estado;
- Fragilidade nas relações existentes entre a Escola e os parceiros nos municípios;

Em 2010, a ETSUS iniciou o Curso de Complementação do Técnico de Enfermagem nos 102 municípios de Alagoas com 91 turmas contemplando 2.912 trabalhadores. Atualmente iniciaram 70 turmas, dentre estas, 14 já concluíram.

A ETSUS-AL tem como parceiros na execução do curso:

- Ministério da Saúde / SEGETS / DEGES
- Secretaria Estadual de Saúde
- Conselho de Secretarias Municipais de Saúde – COSEMS
- Comissão de Integração Ensino Serviço (CIES)
- Secretaria Municipal de Saúde

O Processo educativo da Escola tem por base a Pedagogia da Problemática, eleita pela comunidade escolar, como tecnologia Educacional apropriada à concepção ideológica de aprendizagem do mundo moderno, assegurando ao trabalhador de enfermagem uma qualificação sustentada numa base teórica (saber-saber) que permite uma relação integrada

com as habilidades (saber-fazer) e atitudes (saber-ser), visando que, os profissionais espelhem um conhecimento técnico- científico eficiente e postura profissional qualitativa.

O Curso de Complementação do Técnico de Enfermagem – Módulo II possui uma Carga Horária Total de 700 horas, sendo que, 500 horas de concentração (teoria) e 200 horas de dispersão (prática).

A estrutura curricular está organizada de forma modular e contempla os seguintes princípios da Educação Profissional: Flexibilidade, interdisciplinaridade e contextualização.

ÁREAS	CONCEITOS	CARGA HORÁRIA	
		CONCENTRAÇÃO	DISPERSÃO
Introdutória	Nivelando os Conhecimentos de Enfermagem	100	100
I	Compreendendo a Pesquisa em Saúde	75	15
II	Entendendo a Vigilância em Saúde	170	45
III	Entendendo a Gestão dos Serviços de Saúde	75	15
IV	Participando do Processo de Recuperação da Saúde Individual em Situações de Risco de Morte	80	25

A execução da programação curricular é integrada e se dá em torno do eixo temático definido por Áreas de Conhecimento, composta de múltiplas Unidades de Ensino, onde se alternam sistematicamente períodos de teorias e práticas. No primeiro, os alunos são reunidos em sala de aula para desenvolver as atividades planejadas sob orientação do instrutor. No segundo, o aluno deverá aplicar na prática os conhecimentos, habilidades e atitudes desenvolvidas em sala de aula com o acompanhamento do instrutor.

A estrutura organizacional do curso envolve coordenador geral, coordenadores regionais, coordenadores pedagógicos (entre os quais, a pesquisadora) e instrutores.

Durante a realização das atividades dos núcleos temáticos do Curso de Especialização em Gestão Pedagógica na ETSUS, alunos e instrutores foram entrevistados. A seguir veremos a transcrição desses depoimentos:

Instrutor A – *“A pedagogia da Escola é muito boa. A cada dia admiro mais e procuro me aprofundar no assunto. É a pedagogia ideal e incentivadora do desenvolvimento do aluno. É apaixonante vê o conhecimento ser construído coletivamente, as experiências serem aproveitadas, valorizadas. Esse conhecimento não é esquecido”*

Instrutor B – *“A missão das ETSUS é de promover a formação de nível técnico na área da saúde integrando ensino e serviço, visando uma assistência que atenda os princípios do SUS. Pela minha vivência como coordenadora pedagógica, observei o quanto é importante a presença da ETSUS na formação profissional, principalmente nos municípios mais distantes da capital. Com a oportunidade de estudar esses profissionais vão melhorando seus conhecimentos sobre o cuidar e conseqüentemente melhora o atendimento nos serviços de saúde local. A carência de conhecimento é muito grande, e com a presença da ETSUS próximo ao local de trabalho e moradia facilita muito a participação desses trabalhadores da saúde, principalmente por não terem que pagar para estudar. Ao longo dos anos ouvi muitos depoimentos e relatos de alunos sobre as mudanças ocorridas em suas vidas, profissional e pessoal, pela oportunidade de voltar a estudar”.*

Instrutor C – *“ Sendo a ETSAL uma escola técnica de saúde pública e diretamente ligada aos principais órgãos públicos de saúde, possibilita que a mesma tenha uma melhor visão das principais necessidades da população que utiliza o SUS nas mais variadas regiões do Estado (já que os cursos da ETSAL são difundidos por todo o Estado), podendo direcionar ou focar mais o curso (sem fugir da grade curricular essencial), na medida do possível, durante a formação dos alunos, para as problemáticas da localidade onde vão atuar, proporcionando que esses indivíduos reflitam sobre a realidade onde se encontram e a partir dessa reflexão possam atuar com o objetivo de mudar ou aprimorar (se for o caso) esta realidade. A principal dificuldade em minha opinião é a resistência de muitos gestores em fechar parceria com a ETSAL e aprimorar seus recursos humanos, mesmo sabendo da importância e da melhoria direta na qualidade dos serviços prestados a sua população”.*

Aluno A – *“O curso foi muito significativo, porque é uma escola de tradição e de credibilidade, que visa muito o cuidado técnico na melhoria da humanização entre o profissional e o paciente. Destaco também a respeito do material didático, o comprometimento e seriedade dos professores, a organização, o fardamento, o horário disciplinado, diferentemente de outras instituições, sobretudo com respeito à metodologia da problematização aplicada ao longo do curso. O método é muito relevante, pois leva o aluno a*

ter uma visão mais profunda das coisas, mediante trabalhos em grupo, as discussões, valorizando a visão dos alunos, suas experiências e fazendo os alunos a pensar, não simplesmente memorização de conteúdos”.

Como observado no discurso dos instrutores e aluno, o curso é considerado muito bom, é importante e tem uma metodologia inovadora e incentivadora no processo ensino aprendizagem. Mesmo com as deficiências apresentadas no não cumprimento da pactuação por parte dos gestores.

Acompanhando o desenvolvimento das turmas nos diversos municípios, a coordenação pedagógica pôde vivenciar o descumprimento da pactuação por parte dos gestores municipais, firmados nas instâncias legais da Política de Educação Permanente em Saúde de Alagoas, no 1º contato, na aula inaugural para inicialização do curso, e nas reuniões com os gestores do projeto, no qual ficaram constatadas as consequências do descumprimento do pacto pelos gestores municipais tais como:

- Indefinição de espaço fixo para as aulas de concentração (teoria);
- Espaço físico inapropriado em relação à temperatura, ventilação, iluminação, limpeza e estrutura sanitária;
- Liberação não facilitada, dos enfermeiros-instrutores credenciados;
- Liberação dificultada de água, café, almoço e transporte, já pactuados anteriormente;
- Entraves na liberação dos campos das práticas;
- Não definição das mudanças nas escalas de serviços dos alunos trabalhadores nos períodos das aulas de concentração (teoria) e dispersão (prática);
- Demissão dos enfermeiros envolvidos no processo, após período eleitoral de 2012.

Diante do exposto, este é um problema que merece ser esclarecido e solucionado, por tanto, é imprescindível elaborar um plano de ação que irá direcionar as ações a serem executadas para sanar esta questão inquietante.

O plano de ação é um projeto de intervenção sobre determinado problema detectado e que necessita ser solucionado. Este plano deve ter um gerenciamento (CAMPOS; FARIAS e SANTOS, 2010).

A prática educativa surge de uma educação transformadora, que tem como fundamentos o diálogo e o exercício da consciência crítica; as mudanças acontecem como resultado da participação das pessoas envolvidas no processo (MONTEIRO; VIEIRA, 2010).

2 JUSTIFICATIVA

A ETSUS Alagoas tem enfrentado dificuldades na viabilização dos cursos de formação profissional voltados aos trabalhadores contextualizados no Sistema Único de Saúde (SUS), decorrente dos entraves político-administrativos à formação de recursos humanos na saúde nos municípios.

A realização deste estudo justifica-se pela necessidade de levantar os nós críticos, que dificultam a execução dos cursos nos municípios, ao mesmo tempo em que possibilitará aos gestores municipais o conhecimento da importância do papel da ETSUS na execução da Política de Educação Permanente no Estado de Alagoas. Isto se dará através de propostas de intervenção a serem apresentadas para a Instituição onde a pesquisadora desenvolve atividade laboral e vivencia os desafios enquanto coordenadora pedagógica, durante acompanhamento do Curso de Técnico de Enfermagem.

Espera-se que a partir da implantação das ações contidas no Plano de Intervenção, a ser apresentado, ocorra uma maior integração entre a Escola Técnica de Saúde Professora Valéria Hora – Alagoas e gestores municipais, fazendo com que se percebam construtores da Política que irá orientar a formação dos trabalhadores do SUS nos seus municípios, o que poderá facilitar a implantação de novas turmas e consequentemente a vida dos atores (alunos, instrutores e gestores) dos projetos financiados pelo Ministério da Saúde para os trabalhadores do SUS. O Ministério de Saúde (BRASIL, 2009) preconiza que todo município deve promover diretamente ou em cooperação com o estado, com os municípios da sua região e com a União, processos conjuntos de educação permanente em saúde.

3 OBJETIVO GERAL

- Elaborar um Projeto de Intervenção para contribuir com a execução da Política de Educação Permanente à Saúde, implementada pela Escola Técnica de Saúde Prof^a Valéria Hora-AL.

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Optamos pela revisão narrativa da literatura para a realização do corpo técnico deste trabalho. A revisão de literatura é a “busca de informações e dados disponíveis em publicações – livros, teses e artigos de origem nacional ou internacional, e na internet, realizados por outros pesquisadores” (MORESI, 2003, p.29).

É o processo de levantamento e análise do que já foi publicado sobre o tema de pesquisa escolhido, permitindo efetuar um mapeamento do que já foi escrito e de quem já escreveu algo sobre ele (MORESI, 2003).

O método da revisão narrativa de acordo com Pires e Bueno (2009, p.440) “se dispõe principalmente a levantar dados com caráter qualitativo, fundamentação existente na literatura científica em questões consideradas amplas ou abertas.” Afirmando, ainda, que em termos metodológicos busca informações atuais sobre determinados temas de trabalhos científicos escritos por outros autores, sedimentando a fundamentação teórica de determinada questão de forma que descreve e discute o conhecimento sobre o assunto que se propõe, contextualizando o autor sobre o tema.

Revisão de literatura “é a construção de uma base conceptual organizada e sistematizada do conhecimento disponível pertinente pesquisado. Buscam-se teorias, abordagens e estudos que permitam compreender o fenômeno de múltiplas perspectivas” (RODRIGUES, 2007.p. 28).

A busca bibliográfica foi desenvolvida na Biblioteca Virtual de Saúde (BVS-BIREME) na base de dados eletrônica Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS) e do Scientific Electronic Library Online (SciELO), site do Ministério da Saúde, BVS, textos da Revista RETSUS

Os critérios de inclusão foram: disponibilidade do texto completo em suporte eletrônico, publicado em periódicos nacional.

Foram utilizados na busca dos artigos científicos os seguintes descritores: ETSUS. Políticas de Educação Permanente. Saúde. Foi feita uma pré-seleção dos artigos encontrados e posteriormente uma leitura mais atenta buscando publicações que abordassem o tema proposto. Os dados relacionados ao tema foram analisados e as principais informações foram utilizadas para a elaboração da revisão da literatura.

O trabalho constituiu de 03(três) momentos:

1. O diagnóstico situacional possibilitou com clareza a visualização de muitos problemas, foi priorizado trabalhar as dificuldades na viabilização dos cursos de formação profissional voltados aos trabalhadores contextualizados no Sistema Único de Saúde (SUS), decorrente dos entraves político-administrativos à formação RH na Saúde tais como descumprimento da pactuação por parte dos gestores municipais, firmados nas instâncias legais da Política de Educação Permanente em Saúde de Alagoas que é um nó crítico nos municípios;
2. Revisão de literatura;
3. Elaboração de um plano de intervenção.

5 REVISÃO DE LITERATURA

5.1 Política Nacional de Educação Permanente

A criação do Sistema Único de Saúde (SUS), em 1988, intensificou a necessidade de formação e qualificação dos profissionais de saúde, que tem como principal intenção a melhoria da saúde dos usuários. As Conferências Nacionais de Saúde (X e XI) propiciaram reflexões conceituais e metodológicas sobre o assunto, e contribuíram para a implantação da Política Nacional de Educação Permanente em Saúde (Portaria n.º 198/GM/MS de 13 de fevereiro de 2004), pelo Ministério da Saúde, em 2004 (PEPS/MG, 2008). A Política Nacional de Educação Permanente em Saúde é uma estratégia para a formação e desenvolvimento dos trabalhadores do setor saúde, cuja condução loco regional é realizada por um Colegiado de Gestão e os Polos de Educação Permanente em Saúde para o SUS (PEPS/AL, 2008).

Em 22 de fevereiro de 2006 foi publicada a Portaria nº399/GM. O Ministério da Saúde, as Secretarias Estaduais de Saúde, representadas pelo CONASS – Conselho Nacional de

Secretários Estaduais de Saúde e as Secretarias Municipais de Saúde, representadas pelo CONASEMS - Conselho Nacional de Secretários Municipais de Saúde, construíram de forma conjunta, negociável e corresponsável, o Pacto pela Saúde do Brasil. O Pacto foi aprovado por unanimidade pelo Conselho Nacional de Saúde (CNS) e representa mudanças operacionais significativas no sistema, apresenta inovações na convocatória pela mobilização social em defesa do SUS e nos processos relacionados à gestão e planejamento da saúde no âmbito de cada esfera de governo (BRASIL, 2007).

O Pacto pela Saúde do Brasil é formado por:

- Pacto pela Vida - visa atingir metas sanitárias com base nas prioridades da saúde da população;
- Pacto em Defesa do SUS - estabelece compromissos políticos envolvendo o Governo e a sociedade civil, com vistas à efetivação do SUS;
- Pacto de Gestão – define responsabilidades sanitárias de cada gestor municipal, estadual e federal, por meio do Termo de Compromisso de Gestão (TCG). Neste consta as seguintes diretrizes para a gestão do SUS:
 - Descentralização;
 - Regionalização;
 - Financiamento do SUS;
 - Planejamento do SUS;
 - Programação Pactuada e Integrada da Atenção à Saúde;
 - Regulação da Atenção à Saúde e Regulação Assistencial;
 - Participação e Controle Social;
 - Gestão do Trabalho
 - Educação na Saúde.

Os itens 8 e 9 estão vinculados à área de Recursos Humanos no SUS.

O Pacto de Gestão prevê, no Termo de Compromisso no âmbito Estadual, no eixo da **Educação na Saúde**, dentre outras, as seguintes responsabilidades:

- a) Formular, promover e apoiar a gestão da educação permanente em saúde e processos relativos à mesma no âmbito estadual;
- b) Promover a integração de todos os processos de capacitação e desenvolvimento de recursos humanos à política de educação permanente no âmbito da gestão estadual do SUS;

c) Apoiar e fortalecer a articulação com os municípios e entre os mesmos, para o processo de educação e desenvolvimento de trabalhadores para o SUS. (BRASIL, 2006).

A Portaria GM/MS Nº 1.996 de 20 de agosto de 2007, que revoga a Portaria GM/MS Nº 198 de 13 de fevereiro de 2004, vem definir as novas diretrizes e estratégias para a implementação da Política Nacional de Educação Permanente em Saúde, adequando as diretrizes operacionais ao regulamento do Pacto pela Saúde e novos trâmites para o financiamento das ações de Educação em Saúde (PEPS/AL, 2008).

Sobre a Educação Permanente em Saúde, Ceccim (2005, p.161) refere que:

[...] a identificação Educação Permanente em Saúde está carregando, então, a definição pedagógica para o processo educativo que coloca o cotidiano do trabalho ou da formação em saúde em análise, que se permeabiliza pelas relações concretas que operam realidades e que possibilita construir espaços coletivos para a reflexão e avaliação de sentido dos atos produzidos no cotidiano. A Educação Permanente em Saúde, ao mesmo tempo em que disputa pela atualização cotidiana das práticas, segundo os mais recentes aportes teóricos, metodológicos, científicos e tecnológicos disponíveis, insere-se em uma necessária construção de relações e processos que vão do interior das equipes em atuação conjunta, implicando seus agentes, às práticas organizacionais, implicando a instituição e/ou o setor da saúde, e às práticas interinstitucionais e/ou intersetoriais, implicando as políticas nas quais se inscrevem os atos de saúde.

Além disso, descreve ainda que,

As instituições executoras dos processos de formação dos profissionais de nível técnico no âmbito do SUS deverão ser preferencialmente as Escolas Técnicas do SUS/Centros Formadores, Escolas de Saúde Pública (vinculadas à gestão estadual ou municipal) e Escolas de Formação Técnicas Públicas. Outras instituições formadoras poderão ser contempladas, desde que legalmente reconhecidas e habilitadas para a formação de nível técnico. A execução da formação técnica também poderá ser desenvolvida por equipes do Estado/Município em parceria com as Escolas Técnicas. Em todos esses casos as Escolas Técnicas do SUS deverão acompanhar e avaliar a execução da formação pelas instituições executora (BRASIL, 2009, p.25).

Contextualizando, a Política de Educação Permanente em Saúde no estado de Alagoas teve seu início a partir da implantação dos Polos de Educação Permanente em Saúde. A evolução histórica para a consolidação da Política no Estado está descrita no Plano Estadual de Educação Permanente (PEPS/AL, 2008.):

- Setembro de 2003 - primeiro Fórum de Educação Permanente em Saúde de Alagoas, com a temática Formação de Recursos Humanos para o SUS, que contou com a participação de diversos segmentos cujas atuações se entrelaçavam diretamente com a

implantação da referida política como as instituições de ensino superior público e privado, Secretarias de Estado e Municipais de Saúde.

- Outubro de 2003 – Criação do Conselho Gestor do Polo de Educação Permanente em Saúde de Alagoas – PEPS/AL, através da Resolução N.º 75 de 8 de outubro homologado pelo Conselho Estadual de Saúde de Alagoas.
- Fevereiro de 2004 - Aprovação de 34 projetos financiados, com a liberação de R\$1.049.622,20 para a execução dos mesmos.
- 2005 - liberados mais R\$ 2.483.721,00, garantindo dessa forma o financiamento de 36 Projetos aprovados.
- 2007 – reestruturação do PEPS/AL, no mesmo período em que ocorria a nível nacional, discussão sobre da Portaria GM N.º 198, tendo como referência uma pesquisa sobre os Polos de Educação Permanente em Saúde e o Pacto pela Saúde 2006, que resultou na publicação GM N.º 1.996 de 20 de agosto de 2007, que estabeleceu novas diretrizes para a implementação da Política Nacional de Educação Permanente em Saúde.

5.2 Modelo de Gestão da Política Estadual de Educação Permanente em Saúde e sua Trajetória em Alagoas.

A partir da resolução CIB/AL N.º 44 de 17 de setembro de 2007, foi aprovada a Proposta de Operacionalização da Educação Permanente em Saúde no Estado de Alagoas, instituindo a condução da Política Estadual de Educação Permanente em Saúde. Esta dar-se-á por meio da Comissão Intergestores Bipartite – CIB/AL e dos Colegiados de Gestão Regional com a participação e apoio das Comissões Permanentes de Integração Ensino – Serviço (CIES) no âmbito estadual e regional na 1ª e 2ª Macrorregiões de Saúde, com atribuições e composição de representatividade definidas, adequada a realidade de cada macrorregião de saúde.

Caracterização da Macrorregião e composição da CIES conforme mapa:



Fonte: Plano de Educação Permanente de Saúde de Alagoas (2011)

A Escola Técnica de Saúde Prof^a Valéria Hora elaborou um documento – A Dimensão Político-Técnica de Saúde Desenvolvida pela ETSAL /UNCISAL — uma trajetória de impacto para o futuro, onde observamos a seguinte evolução histórica (ALAGOAS, 2009):

1975 - O Ministério da Saúde, em acordo com o Ministério da Educação e com a Organização Pan-Americana da Saúde, propõem o Programa de Preparação Estratégica de Pessoal de Saúde (PPREPS) com o propósito de adequar progressivamente a formação de Recursos Humanos para a saúde

1981- Início do “*Projeto Larga Escala*”, junto com a proposta de reformulação dos serviços de saúde, visando à expansão de cobertura da rede.

1985 - O projeto de formação de pessoal de nível médio/elementar em larga escala passou a ser a estratégia prioritária na preparação de recursos humanos.

Constituição Federal de 1988 - o Sistema Único de Saúde assume a atribuição de ordenador da formação do pessoal da saúde (BRASIL, 1988c).

1995 - O Ministério da Saúde e a Fiocruz desencadeiam um projeto com o nome de “Projeto Escola”, contemplando 10 escolas ligadas as Secretarias Estaduais de Saúde.

2000 - Envolvimento das escolas no *Projeto de Profissionalização dos Trabalhadores de Nível Médio da Enfermagem – PROFAE* que impulsionou a formação de uma Rede de Escolas Técnicas para o SUS.

28 de novembro de 2000 – Instituição da rede de *Escolas Técnicas de Saúde do SUS/RET-SUS* pela Portaria nº 1.298/GM.

2003 - criada dentro do Ministério da Saúde a *Secretaria de Gestão do Trabalho e Educação na Saúde* que trata especificamente da gestão dos recursos humanos na dimensão do

trabalho e da educação na saúde. Neste contexto a rede de Escolas Técnicas de Saúde do SUS se fortalece e hoje está constituída por 36 escolas em todo o território nacional.

A Escola Técnica de Saúde Profª Valéria Hora Escola, pertencente à Rede de Escolas Técnicas do Sistema Único (RET-SUS), tem como missão prioritária qualificar e habilitar trabalhadores na área da saúde na perspectiva do Sistema Único de Saúde (SUS), nos 102 municípios Alagoanos.

Visualizamos a seguir, a estrutura física externa da Escola Técnica Profª Valéria Hora.



6 PLANO DE INTERVENÇÃO

Para elaboração do Plano de Intervenção foi necessário resgatar os conceitos de planejamento, Plano e Planejamento Estratégico Situacional (PES).

De acordo com Campos; Faria; Santos, (2010, p.22), “Planejamento é um cálculo (racional) que precede (antes) e preside (durante e depois) a ação. É um cálculo sistemático que articula a situação imediata e o futuro, apoiado por teorias e métodos.”

Para Matus (1989), *apud* Campos; Faria; Santos, (2010,p.3), “o Planejamento Estratégico Situacional é um método e uma teoria de Planejamento Estratégico Público”, portanto, é um processo técnico-político resultante do jogo de atores em interação, conflito, cooperação e alianças, que tem suas próprias estratégias e sua particular visão da realidade. Para os referidos autores “o plano é um produto momentâneo de um processo de planejamento”.

Segundo Rieg e Araujo Filho(2002, p.3)” o Planejamento Estratégico Situacional (PES) pode ser subdividido em quatro momentos”:

- Primeiro Momento

- ❖ Explica como nasce e se desenvolve o problema.
- ❖ Explica a realidade por intermédio da apreciação situacional.

- Segundo Momento

- ❖ Faz planos para atacar as causas do problema mediante operações.
- ❖ Concebe o plano por meio de apostas.

- Terceiro Momento
 - ❖ Analisa a viabilidade do plano ou verifica o modo de construir viabilidade.
 - ❖ Define o que é possível por intermédio da análise estratégica.
- Quarto Momento
 - ❖ Ataca o problema na prática, realizando as operações planejadas.
 - ❖ Utiliza o cálculo, a ação e a correção no dia-a-dia.

Procuramos utilizar o Planejamento Estratégico Situacional para elaboração do plano de intervenção voltado para a Escola Técnica de Saúde Prof^a Valéria Hora, por entender que é o planejamento adotado, desde a elaboração do seu regimento e seu Projeto Político Pedagógico (PPP) até a execução dos cursos, que acontecem de maneira descentralizada envolvendo todos os atores nos 102 municípios alagoanos.

No Plano Estadual do Tribunal de Contas de Rondônia (2011,p. 38) está descrito que “o ponto de partida para o planejamento é a identificação do problema e para isso entendemos que problema é a declaração de insatisfação de um ator frente à realidade que ele quer e pode modificar. É um componente da realidade que se quer e se pode modificar”

- PROBLEMA

As dificuldades na viabilização dos cursos de formação profissional voltados aos trabalhadores contextualizados no Sistema Único de Saúde (SUS), decorrentes dos entraves político-administrativos à formação de recursos humanos na saúde no descumprimento da pactuação por parte dos gestores municipais, firmada nas instâncias legais da Política de Educação Permanente em Saúde de Alagoas.

6.1 Objetivos do plano

- Apresentar aos atores, ou seja, gestores e técnicos de saúde dos municípios, o diagnóstico situacional da atual Política de Educação Permanente no Estado, implementada pela Escola Técnica de Saúde Prof^a. Valéria Hora;

- Sensibilizar os gestores mediante os pressupostos teóricos e legais da Política de Educação Permanente para o Estado;
- Apresentar os indicativos que norteiam a Política de Educação Permanente, oferecendo em contrapartida as estratégias na viabilização de possibilidades;
- Mostrar aos gestores e técnicos da Universidade de Ciências da Saúde e da Escola Técnica de Saúde Prof^a Valéria Hora os aspectos que devem nortear a Política de Educação Permanente para o Estado, sob nova lógica de implementação.
- Reforçar a importância e a responsabilidade do cumprimento da pactuação por parte dos gestores municipais, firmados nas instâncias legais da Política de Educação Permanente em Saúde de Alagoas.

6.2 Ações a serem desenvolvidas

- Sensibilização da comunidade escolar quanto à Política Nacional de Educação Permanente em Saúde e o papel da Escola Técnica de Saúde-Alagoas na implementação dessa política, visando o fortalecimento e a instrumentalização do grupo.
- Sensibilização do gestor quanto à Política Nacional de Educação Permanente em Saúde, contribuindo assim com a execução do Plano Macrorregional de Educação Permanente em Saúde de Alagoas para o período 2012-2015
- Identificação dos nós críticos que dificultam a execução dos projetos pactuados pela ETSUS e municípios, através da roda de conversa,
- Elaboração de um cronograma de encontro semestral para avaliação dos cursos em desenvolvimento, entre a escola e todos os atores envolvidos nos municípios onde os cursos são executados.
- Realização da ação *Escola itinerante* buscando a integração Escola-Município.

6.2.1 Estratégias de operacionalização das ações.

- O núcleo estruturante vai elaborar inicialmente folders explicativos com os conceitos de Política de Educação Permanente e o papel da escola enquanto executora da política, para ser distribuídos aos atores da comunidade (alunado), para nortear o desenvolvimento das rodas de conversa a serem agendadas.

- A partir de então, será construído um calendário de encontros para realização das rodas de conversa com a comunidade escolar, para que cada participante exponha e compartilhe suas ideias e experiências quanto à Política Nacional de Educação Permanente no Estado. Nestas rodas buscar-se-á visualizar os participantes enquanto sujeitos no processo e fortalecimento da Escola, levantando os fatores impeditivos para a execução integral do curso. Será elaborado um relatório das rodas de conversas. Estas serão coordenadas pelo núcleo de educação permanente, respeitando-se o calendário de encontros pré-estabelecidos, com o objetivo de refletir sobre os conceitos e qual o papel da ETSUS-AL no contexto da política de educação permanente em saúde, possibilitando que esses trabalhadores se percebam construtores desta política, contribuindo para seu fortalecimento.
- Após esse momento, o núcleo estruturante da Escola construirá um calendário de encontros com os gestores dos municípios envolvidos no processo, e definirá a programação dos encontros e as questões norteadoras para as rodas de conversa.
- De posse do calendário e da programação, os gestores municipais serão contactados para definição das datas em que seus municípios sediarão o evento.
- Com a participação dos gestores nas rodas de conversas espera-se que fiquem sensibilizados pelos relatos dos alunos da importância do curso e das dificuldades vivenciadas na execução dos mesmos de forma integral e quais fatores impeditivos e as consequências geradas. Esta dinâmica de abordagem possibilitará identificar os nós críticos que dificultam a execução da Política Nacional de Educação Permanente em Saúde, implementada pela Escola Técnica de Saúde-AL, apresentando proposições para o fortalecimento da integração ETSUS-Município.
- Reunião com os gestores para discutir as consequências decorrentes do descumprimento da pactuação e a importância da participação da gestão no acompanhamento e desenvolvimento dos cursos dos seus municípios e reforçar a pactuação firmada.
- Reuniões semestrais com os gestores para avaliação do cumprimento da pactuação por parte dos gestores municipais, firmados nas instâncias legais da Política de Educação Permanente em Saúde de Alagoas.

Torna-se relevante destacar a importância de se estabelecer a articulação permanente entre ETSUS, Secretarias Municipais de Saúde, profissionais e movimentos sociais nos municípios

do Estado. E para viabilizar essa articulação, é sugestivo a implantação de um projeto que pode ser denominado de “Escola Itinerante”¹, a fim de apresentar a missão, os objetivos e o papel da ETSUS/AL na perspectiva da Política da Educação em Alagoas, a partir da Macrorregião I que compreende a cidade de Maceió e municípios circunvizinhos e a Macrorregião II que são os municípios que formam a zona do agreste do Estado.

Estes encontros deverão ocorrer semestralmente. Nos encontros deverá ser feita uma breve apresentação da Escola e o desenvolvimento da política de educação permanente através da ETSUS com o apoio dos municípios; em seguida, se fará a distribuição das questões norteadoras nas rodas:

- O papel da escola como executora da educação permanente
- O papel dos municípios no processo, para viabilização das experiências de aprendizagem em seus cenários de prática.
- Os benefícios para os usuários
- As proposições para o fortalecimento e integração Escola-Município

Por fim, apresentação em plenária dos resultados das discussões e proposições.

- Apresentando o suporte teórico-legal em que se fundamentam a política de gestão de uma escola que faz parte da ETSUS;
- Apresentando os indicativos que norteiam a Política de Educação Permanente, oferecendo em contrapartida, as estratégias na viabilização de possibilidades;
- Mostrando aos gestores e técnicos da Universidade de Ciências da Saúde e da Escola Técnica de Saúde Prof^a Valéria Hora sobre os aspectos que devem nortear a Política de Educação Permanente para o Estado sob uma nova lógica e perspectiva de implementação.

6.3 Resultados esperados

- Validação do plano de intervenção pelo gestor da Escola Técnica de Saúde Prof^a Valéria Hora.

¹ Termo criado pela autora como proposição.

- Implementação das estratégias propositivas, objetivando dar respostas ao problema do estudo, na perspectiva de uma nova releitura das ações à Política de Educação Permanente no Estado.
- Programas de Educação permanentes executados sem interrupção com o cumprimento da pactuação por parte dos gestores municipais.

6.4 Pessoas responsáveis pelas ações

- As ações serão executadas e avaliadas pelo gestor e núcleo estruturante da Escola Técnica de Saúde Prof^a Valéria Hora.

6.5 Parceiros ou instituições envolvidos

- Gestor e comunidade escolar da ETSUS-AL
- Gestores municipais e equipes de serviço
- Usuários
- Instâncias legais da política de educação permanente do estado

6.6 Recursos necessários

6.6.1 Recursos humanos

Recursos humanos necessários para a execução do Plano de Intervenção: gestor e núcleo estruturante da Escola Técnica de Saúde Prof^a Valéria Hora, tendo como parceiros: Instâncias legais da política de educação permanente do estado, gestores, profissionais de saúde e usuários nos seus respectivos municípios.

6.6.2 Recursos materiais:

Os recursos permanentes (mesas, cadeiras, computador, telefone) serão utilizados os já existentes na Escola Técnica de Saúde Prof^a Valéria Hora.

6.6.3 Recursos financeiros.

A instituição executora disponibilizará, recursos financeiros, para aquisição dos materiais de consumo (papéis, canetas, pastas) e diária ou ajuda de custo para o deslocamento da equipe técnica até os municípios. Os parceiros-gestores municipais deverão contribuir com os

espaços onde ocorrerão as atividades, fornecendo o lanche/almoço de acordo com o que for pactuado anteriormente.

6.7 Cronograma de execução

Atividades	Set/13	Out/13	Nov/13	Fev/14	Mar/14	Abr/14	Mai/14	Jun/14	Jul/14
Reunião com núcleo estruturante Etsal	x								
Elaboração de folders explicativos que serão trabalhados na roda de conversa	x								
Elaboração de calendário p/ roda de conversa com a comunidade escolar	x								
Realização da roda de conversa na Etsal		x	x						
Avaliação dos resultados das ações na Etsal / elaboração de relatório			x						
Elaboração de calendário para realização das atividades nos municípios				X					
Contato com os gestores municipais				X					
Realização da roda de conversa nos municípios					x	x	x	x	
Avaliação dos resultados das ações nos municípios / Elaboração de relatório									x
Implementação do Plano de Intervenção									x

7 Acompanhamento e avaliação

O monitoramento e avaliação permearão todo o período de execução das ações, permitindo a realização dos ajustes que vierem a ser requeridos para o sucesso das ações traçadas. Serão realizadas reuniões periódicas do núcleo estruturante da Escola com o gestor da Escola Técnica Prof^a Valéria Hora, objetivando avaliar os resultados alcançados e as dificuldades enfrentadas. Também serão realizadas semestralmente reuniões com todos os gestores municipais para avaliar o desenvolvimento do curso e o cumprimento da pactuação.

8 CONSIDERAÇÕES GERAIS

Durante o desenvolvimento do estudo, ficou claro para a pesquisadora que a política de educação permanente em saúde é transversal, sendo necessário o envolvimento do conjunto de atores do SUS, dos vários segmentos da formação, da atenção, da gestão e do controle social no enfrentamento dos desafios coletivos para que se possa implementar a política no Estado de maneira mais efetiva.

Esperamos que, a partir desse estudo, ocorra um maior envolvimento e integração da ETSUS-AL com os gestores municipais para que se consiga trabalhar no que é preconizado nas Políticas de Educação Permanente. Essa integração só será possível a partir do momento em que os atores envolvidos conheçam o papel e a funcionalidade das Estruturas nesse processo, existindo então uma maior participação, responsabilização e comprometimento pelas ações da Política nos seus municípios.

REFERÊNCIAS

ALAGOAS. **A Dimensão Político-Técnica de Saúde Desenvolvida pela ETSAL /UNCISAL** — uma trajetória de impacto para o futuro, 2009.

ALAGOAS. Secretaria de Estado de Saúde. **Plano Estadual de Educação Permanente 2008-2011**.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde. Departamento de Gestão da Educação em Saúde. **Política Nacional de Educação Permanente em Saúde** / Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde, Departamento de Gestão da Educação em Saúde. – Brasília : Ministério da Saúde, 64 p. – (Série B. Textos Básicos de Saúde) (Série Pactos pela Saúde 2006; v. 9)

BRASIL. Comissão Intergestores Bipartite – CIB/AL, Resolução nº 042 de 13 de junho de 2011

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria nº 1996/GM/MS, de 20 de agosto de 2007**, Dispõe sobre as diretrizes para a implementação da Política de Educação Permanente em Saúde. Brasília, 2007.

CAMPOS, Francisco Carlos Cardoso de; FARIA, Horácio Pereira de; SANTOS, Max André dos. **Planejamento e Avaliação das Ações em Saúde**. NESCON/UFMG – Curso de Especialização em Atenção Básica em Saúde da Família. 2. ed. Belo Horizonte: Coopmed, 2010. 114p.

CECCIM, R.B. Educação permanente em saúde: desafio ambicioso necessário. **Interface Comunic., Saúde, Educ.**, v.9, n.16, p.161-8, 2005.

_____. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, 1988.

----- Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. Dialogando sobre Pacto pela Saúde. Brasília, 2007.

----- Ministério da Saúde. Secretaria Executiva. Departamento de Apoio à Descentralização. Diretrizes Operacionais dos Pactos pela Vida, em Defesa do SUS e de Gestão. Brasília, 2006.

MONTEIRO, Estela Maria Leite Meirelles; VIEIRA, Neiva Francenely Cunha. Educação em Saúde a partir de círculos de cultura. **Rev. bras. enferm.**, v.63, n.3, p.397-403, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/reben/v63n3/a08v63n3.pdf>

MOTA, José Inácio Jardim- **Educação Permanente Uma Possibilidade de Mudança**. Escola Nacional de Saúde Pública/MS-Florianópolis, 2004.

RIEG, D.L.; ARAUJO FILHO, T. de. O uso das metodologias "Planejamento Estratégico Situacional" e "Mapeamento Cognitivo" em uma situação concreta: o caso da pró-reitoria de extensão da UFSCar. **Gest. Prod.**, v.9, n.2, p. 163-179, 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/gp/v9n2/a05v09n2.pdf>.